



Sindicato dos Empregados de Franco da Rocha e Região  
Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios  
do Estado de São Paulo



## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

### COMERCIÁRIOS DE FRANCO DA ROCHA / SINCOVAGA

### 2009/2010

Por este instrumento e na melhor forma de direito, de um lado, como representante da categoria profissional, o **SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE FRANCO DA ROCHA E REGIÃO**, entidade sindical de primeiro grau, CNPJ nº 96.493.622/0001-78 e Registro Sindical Proc. 46000.003849/94, com base territorial nos municípios de Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha, Mairiporã, Pirapora do Bom Jesus e Santana do Parnaíba, com sede na Rua José Augusto Moreira 145 - Jardim Cruzeiro - CEP 07801-040 - Franco da Rocha - SP, neste ato representado por seu Presidente em Exercício **Adailton Alves Santana**, CPF/MF n.º 842.157.988-68 e assistido pela advogada Dra. **Cristiane Regis de Oliveira**, OAB/SP 166.342 e CPF nº 181.808.438-40, conforme procuração anexa, e de outro, como representante da categoria econômica do comércio varejista de gêneros alimentícios, o **SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINCOVAGA**, entidade sindical do primeiro grau, com base no estado de São Paulo, sede à Rua 24 de Maio, nº 35, 13º Andar, Conjuntos 1312/1315, CEP 01041-001, São Paulo, SP, neste ato representado pelo seu Presidente, **Wilson Hiroshi Tanaka**, CPF nº 189.722.768-04 e assistido por seus advogados, **Alexandre Dias de Andrade Furtado**, OAB/SP 203.853 e CPF 283.254.168-23, **Mauricio Dias de Andrade Furtado**, OAB/SP 220.947 e CPF 219.117.788-38 conforme anexa procuração, devidamente autorizados pelas assembleias gerais extraordinárias realizadas respectivamente, no sindicato dos empregados, na data de 10/08/2009 e no sindicato patronal, na data de 12/08/2009, que aprovaram as reivindicações e concederam poderes para negociação, celebram, na forma dos arts. 611 e seguintes da CLT, a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, aplicável às empresas do comércio varejista de gêneros alimentícios, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

**1 - REAJUSTE SALARIAL** - Os salários fixos ou parte fixa dos salários mistos, já corrigidos em 01 de setembro de 2008, serão reajustados a partir de 01 de setembro de 2009, data base da categoria profissional, conforme segue:

- a) 7,0% (sete vírgula zero por cento) para a faixa salarial até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- b) 6,0% (seis vírgula zero por cento) a partir da faixa salarial de R\$ 5.000,01 (cinco mil reais e um centavo), acrescido da importância fixa de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

**2 - REAJUSTAMENTO DOS EMPREGADOS ADMITIDOS ENTRE 01/09/08 ATÉ 31/08/09:**  
O reajuste salarial será proporcional e incidirá sobre o salário de admissão, conforme as faixas salariais correspondentes às tabelas abaixo:



Tabela 1. Salário até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

<b>Admissão:</b>	<b>Multiplicar o salário de admissão por:</b>
Até 31.08.08	1,0700
Setembro/08	1,0642
Outubro/08	1,0583
Novembro/08	1,0525
Dezembro/08	1,0467
Janeiro/09	1,0408
Fevereiro/09	1,0350
Março/09	1,0292
Abril/09	1,0233
Maio/09	1,0175
Junho/09	1,0117
Julho/09	1,0058
A partir de agosto/09	1,0000

Tabela 2. Salário acima de R\$ 5.000, 01 (cinco mil reais e um centavo)

<b>Admissão</b>	<b>Multiplicar o salário de admissão por:</b>
Até 31.08.08	1,0600 e somar R\$ 50,00
Setembro/08	1,0550 e somar R\$ 46,00
Outubro/08	1,0500 e somar R\$ 41,50
Novembro/08	1,0450 e somar R\$ 37,50
Dezembro/08	1,0400 e somar R\$ 33,50
Janeiro/09	1,0350 e somar R\$ 29,00
Fevereiro/09	1,0300 e somar R\$ 25,00
Março/09	1,0250 e somar R\$ 21,00
Abril/09	1,0200 e somar R\$ 16,50
Maio/09	1,0150 e somar R\$ 12,50
Junho/09	1,01008 e somar R\$ 8,50
Julho/09	1,0050 e somar R\$ 4,00
A partir de agosto/09	-

**Parágrafo único:** O salário reajustado não poderá ser inferior ao salário normativo da função, conforme previsto nas cláusulas 4 e 5.

**3 - COMPENSAÇÃO:** Nos reajustamentos previstos nas cláusulas 01 e 02 serão compensados, automaticamente, todos os aumentos, antecipações e abonos, espontâneos e compulsórios, concedidos pela empresa no período compreendido entre 01/09/08 a 31/08/09, salvo os decorrentes de promoção, transferência, implemento de idade, equiparação e término de aprendizagem.

**4 - SALÁRIOS DE ADMISSÃO:** Ficam estipulados para os empregados da categoria, a vigor a partir de 01 de setembro de 2009, desde que cumprida integralmente a jornada legal de trabalho (220 horas/mês), os seguintes salários de admissão:



a) empregados em geral	R\$ 715,00 (setecentos e quinze reais);
b) office-boy, faxineiro, e copeiro	R\$ 572,00 (quinhentos e setenta e dois reais)
c) garantia do comissionista	R\$ 870,00 (oitocentos e setenta reais)

**5 – SALÁRIOS DE ADMISSÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – REPIS – REGIME ESPECIAL DE PISO SALARIAL:** As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme disposto na Lei Complementar n.º 123/2006 – SIMPLES NACIONAL – têm tratamento diferenciado e favorecido reconhecido pelas entidades convenentes.

Em consequência ficam-lhes assegurados, na vigência desta norma, para os empregados delas integrantes, admitidos a partir de 01-09-09, aplicáveis à jornada legal de trabalho (220h/mês), atendidos todos os requisitos e respeitadas todas as condições previstas nesta cláusula, **os salários de admissão** seguintes:

**Microempresas (ME):**

a) empregados em geral (seiscentos e quarenta e cinco reais)	R\$ 645,00
b) office-boy, faxineiro e copeiro (quinhentos e dezesseis reais)	R\$ 516,00
c) garantia do comissionista (setecentos e sessenta quatro reais)	R\$ 764,00

**Empresas de Pequeno Porte (EPP):**

a) empregados em geral (seiscentos e oitenta reais)	R\$ 680,00
b) office-boy, faxineiro e copeiro (quinhentos e quarenta e dois reais)	R\$ 542,00
c) garantia do comissionista (oitocentos e vinte seis reais)	R\$ 826,00

**Parágrafo 1º:** Para os efeitos desta cláusula considera-se microempresa a pessoa jurídica que, em cada ano-calendário, aufera receita bruta (faturamento) igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), enquanto que empresa de pequeno porte é a que aufera R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

**Parágrafo 2º** - As microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP) estarão autorizadas a praticar os valores acima estabelecidos, após apresentação ao SINCOVAGA, representante da categoria econômica, dos documentos seguintes:

**I** - prova documental de enquadramento como ME ou EPP através de declaração, sob responsabilidade e as penas da lei, assinada pelo seu representante legal e, também, pelo contabilista responsável, conforme formulário próprio disponibilizado no site: [www.sincovaga.com.br](http://www.sincovaga.com.br), ou obtido na sede da entidade patronal;



**II** - declaração de que estão cumprindo integralmente os termos da presente Convenção Coletiva de Trabalho;

**III** - cópia da última RAIS

**Parágrafo 3º** - Atendidos os requisitos dos parágrafos anteriores, as empresas receberão, firmado pelas entidades sindicais convenientes, sem qualquer ônus e com validade coincidente com a da presente norma, certificado de enquadramento no regime especial de piso salarial - **CERTIFICADO REPIS 2009/2010**, que lhes facultará, a partir de 01/09/2009 e até 31/08/2010, a prática dos pisos salariais especificados, conforme o caso, nesta cláusula.

**Parágrafo 4º** - Em atos homologatórios de rescisão de contrato de trabalho e comprovação perante a Justiça Federal do Trabalho do direito ao pagamento dos salários de admissão previstos nesta cláusula, a prova do empregador se fará através da apresentação do **CERTIFICADO DO REPIS 2009/2010**.

**Parágrafo 5º** - ME's e EPP's que contrataram empregados na vigência da CCT 2008/2009 - setembro 08 a agosto/09 - de forma irregular (sem a emissão do CERTIFICADO DO REPIS 2008/2009) são devedoras de diferenças entre o valor praticado e o fixado para as demais empresas até 31 de agosto de 2009, reajustados os salários praticados a partir de 1º de setembro de 2009 para:

R\$ 715,00 (setecentos e quinze reais) - empregados em geral;

R\$ 572,00 (quinhentos e setenta e dois reais) - office-boy, faxineiro e copeiro

**6 - GARANTIA DO COMISSIONISTA:** Aos empregados remunerados exclusivamente à base de comissões percentuais preajustadas sobre as vendas (comissionistas puros), fica assegurada a garantia de uma remuneração mínima, conforme valores estabelecidos nas alíneas "c" das cláusulas 4 e 5, nela incluído o descanso semanal remunerado, e que somente prevalecerá no caso das comissões auferidas em cada mês não atingirem o valor da garantia e se cumprida integralmente a jornada legal de trabalho.

**7 - NÃO INCORPORAÇÃO DE ABONOS OU ANTECIPAÇÕES:** Aos valores fixados nas cláusulas 4 e 5 não serão incorporados abonos ou antecipações decorrentes de eventual legislação superveniente.

**8 - REMUNERAÇÃO DO REPOUSO SEMANAL DOS COMISSIONISTAS:** A remuneração do repouso semanal dos comissionistas será calculada tomando-se por base o total das comissões auferidas durante o mês, dividido por 25 (vinte e cinco) e multiplicado o valor encontrado pelos domingos e feriados a que fizerem jus, atendido o disposto no art.º 6º da Lei nº 605/49.

**9 - PRAZOS DE APURAÇÃO E PAGAMENTO DE COMISSÕES:** Para efeito de apuração serão consideradas as comissões sobre as vendas realizadas até o dia 23 do mês em curso, inclusive, que deverão ser pagas até o 5º dia útil do mês subsequente.

**10 - CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS DOS COMISSIONISTAS:** As horas extras dos comissionistas serão calculadas conforme segue:

a) Apurar a média das comissões auferidas nos últimos 3 (três) meses;

b) Dividir o valor encontrado por 220 (duzentos e vinte) para obter o valor da média horária das comissões;

c) Multiplicar o valor da média horária apurada na alínea "b" por 0,6 (zero vírgula seis) conforme percentual previsto na cláusula 16. O resultado é o valor do acréscimo;



d) Multiplicar o valor do acréscimo apurado na alínea "c" pelo número de horas extras laboradas no mês. O resultado é o valor a ser pago a título de acréscimo salarial de horas extras a que faz jus o comissionista.

**11 - CÁLCULO E INTEGRAÇÃO DAS COMISSÕES EM VERBAS SALARIAIS E INDENIZATÓRIAS:** O cálculo e a integração das comissões em verbas salariais e indenizatórias, inclusive na rescisão contratual, serão feitos como segue:

a) **Férias:** Serão consideradas as comissões auferidas nos 3 (três) meses imediatamente anteriores ao seu início;

b) **Primeiros 15 dias do auxílio doença e aviso prévio indenizado ou trabalhado:** Serão consideradas as comissões auferidas nos 3 (três) meses imediatamente anteriores ao mês do pagamento;

c) **13º Salário:** Serão consideradas as comissões auferidas de outubro a dezembro, podendo a parcela correspondente às comissões de dezembro ser paga até o 5º (quinto) dia útil de janeiro.

**12 - INDENIZAÇÃO DE QUEBRA DE CAIXA:** O empregado que exercer as funções de Caixa terá direito, a partir de 01 de setembro de 2009, a indenização por "quebra de caixa" mensal, no valor de:

<b>ME enquadrada no REPIS</b>	<b>R\$ 41,00</b> (quarenta e um reais);
<b>EPP enquadrada no REPIS</b>	<b>R\$ 43,00</b> (quarenta e três reais)
<b>Demais empresas</b>	<b>R\$ 45,00</b> (quarenta e cinco reais)

§ 1º - A conferência dos valores do caixa será sempre realizada na presença do respectivo operador e, se houver impedimento por parte da empresa, ficará aquele isento de qualquer responsabilidade.

§ 2º - As empresas que não descontam de seus empregados as eventuais diferenças de caixa não estão sujeitas ao pagamento da indenização por "quebra de caixa" prevista no "caput" desta cláusula.

**13 - NÃO INCORPORAÇÃO DE CLÁUSULAS COMO DIREITO ADQUIRIDO:** As garantias previstas nas cláusulas 4, 5 e 12, não se constituirão, sob qualquer hipótese, em salários fixos ou parte fixa dos salários, não estando sujeitas aos reajustes previstos nas cláusulas 1 e 2.

**14 - MENORES APRENDIZES:** Os menores que tenham completado curso de aprendizagem entre 01/09/08 até 31/08/09, terão os reajustes das cláusulas anteriores calculados sobre o salário percebido no dia imediato ao do término do curso, observada a tabela de proporcionalidade prevista na cláusula 02 e as demais cláusulas constantes desta Convenção.

**15 - REMUNERAÇÃO DE HORAS EXTRAS:** As horas extras diárias serão remuneradas com o adicional de 60% (sessenta por cento), incidindo o percentual sobre o valor da hora normal.

**Parágrafo único:** Quando as horas extras diárias forem eventualmente superiores a 2 (duas), somente verificadas as hipóteses do art. 61 da CLT, a empresa deverá fornecer refeição comercial ao empregado que as cumprir.

**16 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS:** As empresas se obrigam a descontar de cada integrante da categoria profissional beneficiado por este instrumento



normativo, em favor do Sindicato dos Empregados no Comércio de Franco da Rocha e Região, 6% (seis por cento) sobre o salário já reajustado em 1º de setembro/09, a título de contribuição assistencial, observado o teto de R\$ 100,00 (cem reais).

**Parágrafo 1º** - O recolhimento dessa contribuição pelas empresas deverá ser feito até o dia 10/11/09, em conta corrente, mediante guia fornecida pelo sindicato.

**Parágrafo 2º** - Os empregados admitidos após a data-base e que não sofreram o desconto, este será efetuado no primeiro pagamento do seu salário e recolhido pela empresa até o último dia útil do mês subsequente.

**Parágrafo 3º** - O recolhimento da contribuição assistencial efetuado fora do prazo mencionado no parágrafo 1º será acrescido da multa de 2% (dois por cento) nos 30 (trinta) primeiros dias.

**Parágrafo 4º** - Ocorrendo atraso superior a 30 (trinta) dias, além da multa de 2% (dois por cento), correrão juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor do principal.

**Parágrafo 5º** - O desconto previsto nesta cláusula fica condicionado à não-oposição do empregado, sindicalizado ou não, manifestada individualmente perante o sindicato representativo da categoria profissional, com cópia encaminhada à empresa, até 10 (dez) dias após a assinatura da presente norma coletiva.

**17 - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA DOS EMPREGADOS:** As empresas, como obrigação de fazer da legislação civil, por seus representantes legais - Federação e sindicatos patronais do comércio atacadista e varejista - signatários da presente - se obrigam a descontar e recolher dos empregados, sindicalizados ou não, a contribuição confederativa prevista no art. 8º, inciso IV, da Constituição Federal, desde que ratificada pela Assembléia Geral Extraordinária da categoria profissional representada.

**Parágrafo 1º** - A contribuição referida no "caput", devida a partir de 1º de setembro/09, não poderá ultrapassar a 1,5 % (um vírgula cinco por cento) da remuneração do empregado por mês, limitado o desconto ao valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), devendo ser recolhida a partir da assinatura da presente norma coletiva em agência bancária constante da guia respectiva, a ser fornecida pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Franco da Rocha e Região, até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao desconto.

**Parágrafo 2º** - O recolhimento da contribuição confederativa efetuado fora do prazo mencionado nesta cláusula será acrescido da multa prevista no artigo 600 da CLT.

**Parágrafo 3º** - Ocorrendo atraso superior a 30 (trinta) dias, além da multa prevista no artigo 600 da CLT, correrão juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor do principal atualizado monetariamente pelo índice do IGP/M-FGV.

**Parágrafo 4º** - A contribuição confederativa não será descontada nos meses em que houver desconto da contribuição assistencial ou sindical.

**Parágrafo 5º** - As empresas, quando notificadas, deverão apresentar no prazo máximo de 15 (quinze) dias, as guias de recolhimento da contribuição confederativa devidamente autenticadas pela agência bancária.

**Parágrafo 6º** - O desconto previsto nesta cláusula fica condicionado à não oposição do empregado, sindicalizado ou não, manifestada individualmente perante a empresa, com cópia encaminhada ao sindicato representante da categoria profissional.



**Parágrafo 7º** - O sindicato representante da categoria profissional fará publicar em jornal de grande circulação comunicado aos trabalhadores a cerca do direito de oposição a contribuição confederativa contida nesta cláusula, informando prazos e local de recebimento das manifestações.

**18 – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL:** Com previsão na alínea “e” do artigo 513 da CLT, aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária da categoria realizada no dia 12 de agosto de 2009, fica instituída uma **CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**. Assim, respeitando o entendimento do Egrégio Supremo Tribunal Federal, Colendo Tribunal Superior do Trabalho e Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, as empresas integrantes da categoria econômica do varejo de gêneros alimentícios, independentemente de seu porte e número de empregados (ME, EPP, optantes do Simples Nacional, e demais) recolherão **CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL** a favor do **SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DO ESTADO DE SÃO PAULO**, nos valores máximos, conforme segue:

PORTE DA EMPRESA	VALOR EM REAIS
EMPRESAS SEM EMPREGADOS	85,00
EMPRESAS COM ATÉ 10 (DEZ) EMPREGADOS	130,00
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE/LTDA.	270,00

**SUPERMERCADOS E CONGÊNERES – CNAE 4711-3**

Número total de empregados da empresa em lojas de Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha, Mairiporã, Pirapora do Bom Jesus e Santana do Parnaíba.	Valor da Contribuição
De 01 a 50	R\$ 400,00
De 51 a 100	R\$ 600,00
De 101 a 300	R\$ 1.800,00
De 301 a 500	R\$ 2.400,00
De 501 a 1000	R\$ 3.600,00
De 1001 a 2500	R\$ 6.000,00
De 2501 a 3500	R\$ 45.000,00
De 3501 a Acima	R\$ 60.000,00

**Parágrafo 1º** - Os recolhimentos serão efetuados até o dia 31 de outubro de 2009, através de:

- FICHA DE COMPENSAÇÃO** - Será remetida, por via postal, ficha de compensação da Contribuição Assistencial, que poderá ser paga em qualquer instituição financeira participante do Sistema de Compensação, até a data limite 31/10/2009.
- Após a data de vencimento, até 30 (trinta) dias, pagável somente nas agências da Caixa Econômica Federal - CEF; e,
- Em caso de não recebimento, em tempo hábil, da ficha de compensação para pagamento,



solicitar 2ª. via através do tel. 11-3335-1100.

**Parágrafo 2º** - O recolhimento efetuado fora dos prazos mencionados no parágrafo 1º será acrescido de multa de 2% (dois por cento) ao mês, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

**Parágrafo 3º** - As empresas constituídas após 01/09/09 recolherão a Contribuição Assistencial relativa à 2009/2010 no mês de sua abertura através de ficha de compensação que será enviada em até 30 dias após a mesma. Em caso de não recebimento da guia solicitar 2ª. via conforme disposto nesta cláusula.

**19 - CHEQUES DEVOLVIDOS:** É vedado às empresas descontar do empregado as importâncias correspondentes a cheques sem fundos recebidos, desde que o mesmo tenha cumprido os procedimentos e normas pertinentes ou ocorrer a devolução das mercadorias, aceita pela empresa.

**Parágrafo 1º:** A empresa deverá, por ocasião da ativação do empregado em função que demande o recebimento de cheques, dar conhecimento por escrito ao mesmo dos procedimentos e normas pertinentes a que se refere o caput desta cláusula.

**Parágrafo 2º** - Em caso de pagamento da dívida pelo empregado, a comissão que fizer jus não poderá ser estornada.

**Parágrafo 3º** - Se o empregado pagar pelo cliente inadimplente, na forma prevista nesta cláusula, fica sub-rogado da titularidade do crédito, sob pena da empresa ser obrigada a ressarcir o valor retido.

**20 - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS:** Atendida a ordem de prioridade estabelecida no artigo 75 do Decreto 3.048/99, e entendimento da Súmula n.º 15 do TST, serão reconhecidos os atestados e/ou declarações, de médicos ou odontólogos, firmados por profissionais habilitados junto ao sindicato profissional ou por médicos e/ou odontólogos dos órgãos da saúde estadual ou municipal, desde que estes mantenham convênio com o órgão oficial competente da Previdência Social ou da Saúde.

**Parágrafo único** - Os atestados médicos e/ou declarações deverão obedecer aos requisitos previstos na Portaria MPAS 3.291/84, deles constando, desde que com a concordância do empregado, inclusive o diagnóstico codificado, conforme o Código Internacional de Doenças (CID), com apresentação à empresa em até 10 (dez) dias de sua emissão.

**21 - GARANTIA DE EMPREGO DO FUTURO APOSENTADO:** Fica assegurada aos comerciários de ambos os sexos, em vias de aposentadoria, nos prazos mínimos legais, de conformidade com o previsto nos termos do art. 188 do Decreto nº 3.048/99, com a redação dada pelo Decreto nº 4.729/03, garantia de emprego, como segue:

TEMPO DE TRABALHO NA MESMA EMPRESA	ESTABILIDADE
20 anos ou mais	2 anos
10 anos ou mais	1 ano
5 anos ou mais	6 meses





**Parágrafo 1º** - Para a concessão das garantias acima, o (a) empregado (a) deverá apresentar comprovante fornecido pelo INSS, nos termos do art. 130 do Decreto nº 6.722/08, no prazo máximo de 30 dias após a sua emissão, que ateste, respectivamente, os períodos de 2 anos, 1 ano ou 6 meses restantes para a implementação do benefício. A contagem da estabilidade inicia-se a partir da apresentação dos comprovantes pelo empregado, limitada ao tempo que faltar para aposentar-se.

**Parágrafo 2º** - A concessão prevista nesta cláusula ocorrerá uma única vez, podendo a obrigação ser substituída por uma indenização correspondente aos salários do período não cumprido ou não implementado da garantia, não se aplicando nas hipóteses de encerramento das atividades da empresa e dispensa por justa causa ou pedido de demissão.

**Parágrafo 3º** - O empregado que deixar de apresentar o comprovante fornecido pelo INSS no prazo estipulado no parágrafo 1º, ou de pleitear a aposentadoria na data em que adquirir essa condição, não fará jus à garantia de emprego e/ou indenização correspondente previstas no parágrafo anterior.

**Parágrafo 4º** - Na hipótese de legislação superveniente que vier a alterar as condições para aposentadoria em vigor, esta cláusula ficará sem efeito.

**22 – ESTABILIDADE DO EMPREGADO EM IDADE DE PRESTAR O SERVIÇO MILITAR:** Fica assegurada estabilidade provisória ao empregado em idade de prestar serviço militar obrigatório, inclusive Tiro de Guerra, a partir da data do alistamento compulsório, desde que este seja realizado no período de 01 de janeiro até 30 de abril do ano em que o alistando complete 18 anos, até 30 (trinta) dias após o término do serviço militar ou da dispensa de incorporação, o que primeiro ocorrer.

**Parágrafo Único** – Estarão excluídos da hipótese prevista no "caput" desta cláusula os refratários, omissos, desertores e facultativos.

**23 – GARANTIA DE EMPREGO À GESTANTE:** Fica assegurado o emprego à gestante, desde a confirmação da gravidez até 75 (setenta e cinco) dias após o término da licença maternidade, salvo as hipóteses de dispensa por justa causa e pedido de demissão.

**Parágrafo único** - A garantia prevista nesta cláusula poderá ser substituída por indenização correspondente aos salários ainda não implementados do período da garantia.

**24 – DIA DO COMERCIÁRIO:** Em homenagem ao Dia do Comerciário – 30 de outubro, será concedida ao empregado do comércio uma indenização correspondente a 1 (um) ou 2 (dois) dias da sua respectiva remuneração mensal auferida no mês de outubro/09, conforme proporção abaixo.

- a) até 90 (noventa) dias de contrato de trabalho na empresa, o empregado não faz jus ao benefício;
- b) de 91 (noventa e um) dias até 180 (cento e oitenta) dias de contrato de trabalho na empresa, o empregado fará jus a 1 (um) dia;
- c) acima de 181 (cento e oitenta e um) dias de contrato de trabalho na empresa, o empregado fará jus a 2 (dois) dias.

**Parágrafo único:** Fica facultada a conversão de um dia de descanso obedecida à proporcionalidade acima, durante a vigência da presente Convenção.



**25 - AVISO PRÉVIO ESPECIAL:** Aos empregados com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade e mais de 05 (cinco) anos de contrato de trabalho na mesma empresa, dispensados sem justa causa, o aviso prévio será de 45 (quarenta e cinco) dias.

**Parágrafo 1º** - Em se tratando de aviso prévio trabalhado, o empregado cumprirá 30 (trinta) dias, recebendo em pecúnia os 15 (quinze) dias restantes, que não serão computados para efeito de tempo de serviço, 13º salário, férias e outras incidências.

**Parágrafo 2º** - Se o empregado despedido comprovar a obtenção de novo emprego, no curso do aviso prévio, poderá pedir a dispensa de cumprimento deste, ficando a empresa, no entanto, desobrigada do pagamento dos dias não trabalhados.

**26 - COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO:** A compensação da duração diária de trabalho, obedecidos aos preceitos legais, fica autorizada, atendidas as seguintes regras:

a) manifestação de vontade por escrito, por parte do empregado, assistido o menor pelo seu representante legal, em instrumento individual ou plúrimo, no qual conste o horário normal de trabalho e o período compensável das horas excedentes;

b) não estarão sujeitas a acréscimo salarial as horas suplementares trabalhadas, desde que compensadas dentro de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data do trabalho extraordinário, ficando vedado o acúmulo individual de saldo de horas extras superior a 100 (cem) horas;

c) as horas extras trabalhadas, não compensadas no prazo acima previsto, ficarão sujeitas à incidência do adicional legal de 60% (sessenta por cento), sobre o valor da hora normal, conforme previsto na cláusula 16 deste instrumento;

d) as regras constantes desta cláusula serão aplicáveis, no caso do menor, ao trabalho em horário diurno, isto é, até as 22h00min (vinte e duas) horas, obedecido, porém, o disposto no inciso I do art. 413 da CLT;

e) para o controle das horas extras e respectivas compensações, ficam os empregadores obrigados a fornecer aos empregados, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao trabalhado, comprovantes individualizados onde conste o montante das horas extras laboradas no mês, o saldo, eventualmente existente para compensação e o prazo limite para tal;

f) na rescisão contratual, quando da apuração final da compensação de horário, fica vedado descontar do empregado o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas;

g) A empresa que descumprir o quanto disposto nesta cláusula, desde que comprovado por auto fiscalizatório do órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego, além das penalidades legais, ficará proibida de utilizar o sistema de compensação nela previsto, até final vigência desta norma.

**27 - FORNECIMENTO DE UNIFORMES:** Quando o uso de uniformes, equipamentos de segurança, macacões especiais, for exigido pelas empresas, ficam estas obrigadas a fornecê-los gratuitamente aos empregados, salvo injustificado extravio ou mau uso.

**28 - FÉRIAS:** As empresas comunicarão aos seus empregados a data de início do período de gozo de férias, com 30 (trinta) dias de antecedência



**Parágrafo 1º** - O início das férias não poderá coincidir com domingos, feriados ou dias compensados de acordo com a Lei n.º 7.414, de 09.dez.85 (D.O.U. de 10.dez.85);

**Parágrafo 2º** - O pagamento da remuneração correspondente ao período de férias será efetuado até 02 (dois) dias antes do respectivo início, nos termos do art. 145 da CLT, oportunidade em que, também, será pago o abono de que trata o inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal.

**29 – FÉRIAS EM DEZEMBRO:** Na hipótese de férias concedidas no mês de dezembro, em período compreendendo Natal e Ano Novo e recaindo esses dias entre segunda e sexta-feira, os empregados farão jus ao acréscimo de 2 (dois) dias em suas férias.

**30 – COINCIDÊNCIA DAS FÉRIAS COM CASAMENTO:** Fica facultado ao empregado gozar férias no período coincidente com a data de seu casamento, condicionada a faculdade a não coincidência com o mês de pico de vendas da empresa, por ela estabelecido, e comunicação à empresa com 60 (sessenta) dias de antecedência.

**31 – ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO:** As empresas se obrigam ao pagamento do adiantamento de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário, desde que requerido por ocasião do aviso de férias.

**32 – ASSISTÊNCIA JURÍDICA:** A empresa proporcionará assistência jurídica integral ao empregado que for indiciado em inquérito criminal ou responder a ação penal por ato praticado no desempenho normal das suas funções e na defesa do patrimônio da empresa.

**33 – ABONO DE FALTA À MÃE COMERCIÁRIA:** A comerciária que deixar de comparecer ao serviço para atender enfermidade de seus filhos menores de 14 (quatorze) anos, ou inválidos/incapazes, comprovada nos termos da cláusula 20, terá suas faltas abonadas até o limite máximo de 15 (quinze) dias, no prazo de vigência da presente Convenção.

**Parágrafo 1º-** O direito previsto no caput somente será extensivo ao pai comerciário se o mesmo comprovar sua condição de único responsável.

**Parágrafo 2º** - Na hipótese de mãe e pai se ativarem em qualquer unidade da mesma empresa o benefício será concedido apenas a um deles.

**34 – ABONO DE FALTA AO COMERCIÁRIO ESTUDANTE:** O empregado, desde que comprove estar matriculado em curso regular fundamental, médio, técnico ou superior, poderá deixar de comparecer ao serviço para prestar exames finais quando estes coincidirem com o horário de trabalho, ficando abonadas suas faltas. A mesma condição fica garantida nos casos de prestação de exames vestibulares, limitados a 2 (dois) por ano, desde que em ambas as hipóteses haja, com antecedência de 5 (cinco) dias, comunicação à empresa, sendo indispensável comprovação posterior.

**35 – INDENIZAÇÃO POR DISPENSA:** Na hipótese de dispensa sem justa causa, o empregado fará jus a uma indenização correspondente a 1 (um) dia por ano completo de serviço na empresa, sem prejuízo do direito ao aviso-prévio a que fizer jus.

**36 – ADIANTAMENTO DE SALÁRIO (VALE):** As empresas concederão no decorrer do mês, um adiantamento de salário aos empregados.



**37 – FALECIMENTO DE SOGRO OU SOGRA, GENRO OU NORA:** No caso de falecimento de sogro ou sogra, genro ou nora, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço nos dias do falecimento e do sepultamento, sem prejuízo do salário.

**38 – AUXÍLIO FUNERAL:** Na ocorrência de falecimento do empregado, as empresas indenizarão o beneficiário com valor equivalente a um salário de admissão, conforme a função, para auxiliar nas despesas com o funeral.

**Parágrafo único** - As empresas que mantiverem seguro para a cobertura de despesas com funeral em condições mais benéficas ficam dispensadas da concessão da indenização prevista no "caput" desta cláusula.

**39 – AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO:** Os descontos efetuados nas verbas salariais e/ou indenizatórias do empregado, desde que por ele autorizados por escrito, serão válidos de pleno direito.

**Parágrafo único:** Os descontos objetos desta cláusula, compreendem os previstos no artigo 462 da CLT e os referentes a seguro de vida em grupo, assistência médica e/ou odontológica, seguro saúde, mensalidades de grêmios associativos ou recreativos dos empregados, cooperativas de crédito mútuo e de consumo, desde que o objeto dos descontos tenha direta ou indiretamente beneficiado o empregado e/ou seus dependentes.

**40 – TRABALHO AOS DOMINGOS:** Na forma da Lei n.º 605/49 e de seu Decreto Regulamentador n.º 27.048/49, c/c o artigo 6º da Lei n.º 10.101/00, alterada pela Lei n.º 11.603/07, bem como na legislação municipal aplicável, o trabalho aos domingos se regerá pelas seguintes regras:

**a) OPÇÕES DE JORNADA:**

**1) Trabalho em domingos alternados** ou,

**2) Adoção do sistema 2X1 (dois por um)**, ou seja, a cada dois domingos trabalhados, segue-se outro, necessariamente, de descanso, fazendo jus o comerciário que cumprir tal jornada, além da folga compensatória, a mais, anualmente, 3 (três) dias de folga.

**Parágrafo 1º** - A folga compensatória deverá ser concedida e gozada no prazo máximo de **7 (sete) dias**, contados do domingo trabalhado;

**Parágrafo 2º** No sistema 2X1 (dois por um) – item 2 - os dias adicionais de folga serão proporcionais aos meses trabalhados, conforme a seguir disposto:

**I** - até 90 dias de trabalho na empresa: não faz jus ao benefício;

**II** - acima de 90 dias de trabalho na empresa o empregado fará jus aos 03 (três) dias de folgas adicionais, cuja concessão e gozo deverão ocorrer até 31 de julho de 2010.

**b) TRANSPORTE:**

**1) Concessão**, nos domingos trabalhados, de vale transporte de ida e volta, sem nenhum ônus ou desconto para o empregado;

**c) REMUNERAÇÃO:**



- 1) Jornada de 8 (oito) horas, remunerada como dia normal de trabalho;
- 2) Remuneração da hora extra com 60% (sessenta por cento) quando a jornada exceder a 8 (oito) horas diárias, vedada a inclusão das horas excedidas na compensação autorizada pela cláusula 26.

#### d) REFEIÇÃO:

1) As empresas que têm cozinha e refeitórios próprios e fornecem refeições nos termos do PAT, servirão, nas mesmas condições, alimentação nos domingos trabalhados, não permitida a utilização como substituto do uso de "marmitex", ou, fora dessa situação, concederão, alternativamente, documento-refeição ou indenização pela alimentação, em dinheiro, conforme segue:

**I – Jornada de até 6 (seis) horas: R\$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos);**

**II – Jornadas superiores a 6 (seis) horas:**

- empresas com até 20 empregados: R\$ 11,00 (onze reais);
- empresas com 21 e até 100 empregados: R\$ 14,00 (catorze reais); e
- empresas com 101 ou mais empregados: R\$ 18,50 (dezoito reais e cinquenta centavos).

#### e) OUTRAS DISPOSIÇÕES:

- 1) Serão nulos de pleno direito, não tendo eficácia ou validade, acordos individuais ou coletivos celebrados em condições inferiores às aqui estabelecidas.
- 2) O disposto nesta cláusula não desobriga as empresas a satisfazer as demais exigências dos poderes públicos em relação ao funcionamento de suas lojas.

#### f) PENALIDADE:

1) O não cumprimento do disposto nesta cláusula ensejará o pagamento da multa prevista na cláusula 43;

**41 – TRABALHO EM FERIADOS:** Na forma da Lei n.º 605/49 e de seu Decreto Regulamentador n.º 27.048/49, c/c o artigo 6º da Lei n.º 10.101/00, alterada pela Lei n.º 11.603/07, bem como na legislação municipal aplicável, fica autorizado o trabalho aos feriados, com exceção dos dias 25 de dezembro (Natal) e 1º de janeiro (Confraternização Universal), desde que atendidas as seguintes regras:

#### a) MANIFESTAÇÃO DA EMPRESA:

- 1) Comunicação da empresa ao sindicato patronal, com antecedência de 07 (sete) dias, individualmente para cada feriado, ou para todos do período 01/09/09 a 31/08/10 do interesse no funcionamento e trabalho regular de suas lojas;
- 2) Declaração firmada pela mesma empresa e com recibo da entidade empresarial de que está cumprindo integralmente a presente Convenção Coletiva de Trabalho, condição indispensável para o recebimento de **COMPROVANTE DE REGULARIDADE PARA O TRABALHO EM**



**FERIADOS;**

**b) REGRAS E REMUNERAÇÃO:**

**1)** Concordância do empregado, assistido o menor pelo seu representante legal, em documento escrito individual ou coletivo, do qual constem:

**I** - o feriado ou feriados a serem trabalhados;

**II** - a jornada a ser desenvolvida;

**III** - as datas em que serão gozadas as folgas compensatórias, com prazo de concessão em até 60 (sessenta) dias do mês que se seguir aos feriados trabalhados.

**IV)** Concessão até 31 de julho de 2010 de folgas adicionais em 3 (três) domingos sem prejuízo do disposto na cláusula 40, "a", alíneas e parágrafos, relativamente ao trabalho naqueles dias.

**V)** Pagamento em dobro das horas efetivamente trabalhadas no feriado, sem prejuízo do DSR. Para os comissionistas puros o cálculo dessa remuneração corresponderá o valor de mais 1 (um) descanso semanal remunerado, ficando vedada a transformação do pagamento em folga, tanto para os trabalhadores com salário fixo quanto para os comissionados;

**VI)** A concessão do DSR, gozado ou indenizado, não desobriga a empresa do pagamento das horas efetivamente trabalhadas em dobro, não podendo o DSR ser computado para a dobra aqui prevista.

**VII)** Não inclusão das horas trabalhadas nas regras de compensação previstas na cláusula 26;

**VIII)** Proibição de jornada de trabalho no feriado superior àquela normalmente cumprida;

**IX)** A recusa ao trabalho em feriados não se constituirá em infração contratual e nem poderá determinar qualquer sanção ao empregado;

**c) TRANSPORTE:**

**1)** Concessão, nos feriados trabalhados, de vale transporte de ida e volta, sem nenhum ônus ou desconto para o empregado;

**d) REFEIÇÃO:**

**1)** As empresas que têm cozinha e refeitórios próprios e fornecem refeições nos termos do PAT, servirão, nas mesmas condições, alimentação nos feriados trabalhados, não permitida a utilização como substituto do uso de "marmitex", ou, fora dessa situação, concederão, alternativamente, documento-refeição ou indenização pela alimentação, em dinheiro, conforme segue:

- Empresas com até 20 empregados: R\$ 11,00 (onze reais);

- Empresas com 21 e até 100 empregados: R\$ 14,00 (catorze reais); e



- Empresas com 101 ou mais empregados: R\$ 18,50 (dezoito reais e cinquenta centavos).

**e) PENALIDADES:**

- 1) A não concessão e gozo das folgas compensatórias devidas pelo trabalho em feriados no prazo de 60 (sessenta) dias do mês seguinte ao feriado trabalhado (letra "b", 1, III) terá como penalidade a imposição de concessão dobrada das mesmas;
- 2) A não concessão e gozo até 31 de julho de 2010 de folgas adicionais em 3 (três) domingos (letra "b", 1, IV) ensejará a aplicação da multa da cláusula 43.

**f) OUTRAS DISPOSIÇÕES:**

- 1) Serão nulos de pleno direito, não tendo eficácia ou validade, acordos individuais ou coletivos celebrados em condições inferiores às aqui estabelecidas.
- 2) O disposto nesta cláusula não desobriga as empresas a satisfazer as demais exigências dos poderes públicos em relação ao funcionamento de suas lojas;

**g) CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA O TRABALHO NO FERIADO DE 1º DE MAIO DE 2010**

- 1) Para o trabalho no dia 1º de maio de 2010 ficam definidas as seguintes regras especiais:

**I)** Limite máximo de 6 (seis) horas de trabalho;

**II)** Proibição de horas extras que, uma vez verificadas, sofrerão acréscimo do percentual de 200%;

**III)** Pagamento em dobro das horas trabalhadas, ou seja, ao trabalho de 6 (seis) horas corresponderá a remuneração de 12 (doze) horas;

**IV)** Concessão de 2 (duas) folgas compensatórias:

**a)** a primeira até o dia 8 de maio de 2010;

**b)** a segunda até 31 de julho de 2010.

**V)** Pagamento com caráter indenizatório de R\$ 13,00 (treze reais) em vale-compra ou dinheiro;

**VII)** Concessão de vale transporte de ida e volta, sem nenhum ônus ou desconto para o empregado; e

**VIII)** O descumprimento de qualquer disposição desta cláusula ensejará para a empresa infratora multa de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais) por empregado, cumulativa com a prevista na cláusula 43.



**42 – DIFERENÇAS SALARIAIS:** Eventuais diferenças salariais decorrentes da aplicação desta Convenção poderão ser complementadas até a data de pagamento do salário do mês de competência, outubro/09.

**Parágrafo único:** Os encargos de natureza previdenciária e tributária serão recolhidos na mesma época do pagamento das diferenças salariais acima referidas, respeitando-se os prazos previstos em lei.

**43 – MULTA:** Ficam estipuladas multas, a partir de setembro de 2009, por empregado, pelo descumprimento das obrigações de fazer contidas no presente instrumento, a favor do prejudicado, como segue:.

<b>ME enquadrada no REPIS:</b>	<b>R\$ 41,00</b> (quarenta e um reais);
<b>EPP enquadrada no REPIS:</b>	<b>R\$ 43,00</b> (quarenta e três reais)
<b>Demais empresas:</b>	<b>R\$ 45,00</b> (quarenta e cinco reais)

**44 – ACORDOS COLETIVOS:** As entidades sindicais convenientes, objetivando o aprimoramento das relações trabalhistas e a solução de problemas envolvendo seus representados, obrigam-se à negociação e à celebração conjunta, sob pena de ineficácia e invalidade, de termos de compromisso, ajustes de conduta, e, especialmente todos e quaisquer acordos coletivos, seja qual for a sua natureza (inclusive de PLR) envolvendo as empresas da categoria econômica representadas, sejam elas associadas ou não.

**45 – COMUNICAÇÃO PRÉVIA:** O Sindicato dos Empregados no Comércio de Franco da Rocha e Região fica obrigado, na hipótese de entender ser necessária a convocação de empresas em razão de denúncias de irregularidades em face da legislação ou de descumprimento desta Convenção, a comunicar, com antecedência de 10 (dez) dias, ao Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Estado de São Paulo para que seja agendada em comum, data em que este possa vir a assistir e acompanhar suas representadas.

**46 – PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NOS LUCROS OU RESULTADOS:** As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho que, na medida de suas possibilidades e critério de administração, desejarem negociar com seus empregados a participação nos lucros ou resultados, na forma prevista na Lei 10.101/2000, deverão valer-se da assessoria de suas respectivas entidades sindicais, que constituirão comissão intersindical para oferecer orientação e apoio na implantação do programa.

**47 – CONVÊNIO-FARMÁCIA:** Recomenda-se às empresas abrangidas pela presente convenção, se assim o desejarem e na medida do possível, a implantação de convênio com farmácias ou drogarias, sempre com a anuência de seus empregados, para que os mesmos possam adquirir medicamentos mediante desconto em folha de pagamento.

**48 - GARANTIA DE EMPREGO - RETORNO DO AUXÍLIO DOENÇA:** Ao comerciário que retorna ao trabalho em razão de afastamento por doença, fica assegurada a manutenção de seu contrato de trabalho pelo período de 1 (um) mês, a partir da alta previdenciária.

**49 - HOMOLOGAÇÃO** – O ato de assistência na rescisão contratual será sem ônus para trabalhadores e empregadores, na forma do art. 477 § 7º da CLT.

**Parágrafo Primeiro** - Em caso de pedido de demissão ou dispensa sem justa causa, a empresa fornecerá ao empregado uma carta de referência, no ato da homologação da rescisão de





contrato de trabalho.

**Parágrafo Segundo** - As homologações deverão ser realizadas em até 30 (trinta) dias após a dispensa ou término do aviso trabalhado, desde que as verbas rescisórias tenham sido quitadas dentro do prazo legal.

**Parágrafo Terceiro** - A não observação pela empresa do prazo acima estabelecido, acarretará uma multa equivalente a um salário do empregado, revertida em seu favor, independente das demais penalidades legais.

**Parágrafo Quarto** - O Sindicato não poderá recusar ou postergar a homologação da rescisão de contrato de trabalho solicitada pela empresa.

**Parágrafo Quinto** - Se, por conveniência do empregador, este desejar ser atendido de forma especial, em caráter urgente, em dia e hora de sua preferência, ficará sujeito ao pagamento de taxa retributiva destinada às despesas do setor de homologação.

**50 - CAFÉ DA MANHÃ:** Recomenda-se às empresas que, iniciam o seu turno de trabalho até as 8:00 horas, o fornecimento de café da manhã aos trabalhadores, em até 1/2 (meia) hora antes do início do expediente, não sendo computado esse tempo como jornada ou para quaisquer outros fins.

**51 - CESTA NATALINA:** As empresas obrigam-se a fornecer a todos os seus empregados cesta contendo produtos de consumo típicos das festas de fim de ano, que deverá ser entregue, mediante recibo e com a discriminação individualizada dos itens fornecidos, até o dia 23 de dezembro.

**52 - DO EMPACOTADOR NO COMÉRCIO VAREJISTA DE ALIMENTOS** - Nas empresas comerciais varejistas de gêneros alimentícios, artigos de limpeza doméstica e higiene pessoal, especialmente, auto-serviços (mini, super e hipermercados e lojas de conveniência) é definido como **EMPACOTADOR NO COMÉRCIO VAREJISTA DE ALIMENTOS**, o empregado, de ambos os sexos, que tenha como função:

- a) Empacotar ou embalar as mercadorias adquiridas pelos clientes;
- b) Auxiliar o comprador no transporte destas mercadorias;
- c) Verificar na área de venda, quando for o caso, o preço da mercadoria;
- d) Recolher os carrinhos em todas as áreas do estabelecimento, inclusive estacionamento;
- e) Auxiliar o operador de caixa em atividades afins.

**§ 1º** - Descaracteriza-se a função de Empacotador no Comércio Varejista de Alimentos a exigência de trabalho distinto do mencionado no "caput"

**§ 2º** - A jornada máxima de trabalho do Empacotador no Comércio Varejista de Alimentos é de 36 (trinta e seis) horas semanais (180h/mês), aplicáveis os artigos 58 e 59 da CLT.

**§ 3º** - Os adolescentes exercentes da função de Empacotador no Comércio Varejista de Alimentos, ficam obrigados, mensalmente, a comprovar a frequência a cursos escolares regulares.

**§ 4º** - Os Empacotadores no Comércio Varejista de Alimentos terão salário de admissão de no mínimo R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais).



**§ 5º** - A contratação de Empacotadores no Comércio Varejista de Alimentos priorizará o primeiro emprego e a absorção de pessoas da melhor idade, formalizando, quando possível, convênios com órgãos dos poderes públicos locais, ou entidades de assistência de reconhecida idoneidade.

**53 - TERCEIRIZAÇÃO:** Atendendo à orientação do Enunciado 331 do Tribunal Superior do Trabalho, as empresas da categoria econômica só poderão terceirizar atividade-meio, vedada, expressamente, para qualquer atividade-fim, a utilização de mão-de-obra terceirizada.

**Parágrafo Único** - Não é considerada atividade-fim a desempenhada pelos promotores de venda, assim entendidos os profissionais a serviço de empresas fornecedoras ou de prestadoras de serviços, cujas atribuições estejam limitadas à promoção, manuseio e recolocação dos produtos da empresa empregadora ou contratante nos locais a ele destinados na loja.

**54 - SINDICALIZAÇÃO** - As entidades convenientes envidarão esforços visando ao agendamento, em conjunto, de visitas a empresas da categoria econômica objetivando a sindicalização, quer dos trabalhadores, quer das próprias empresas.

**55 - GARANTIA DE EMPREGO AO PORTADOR DO VÍRUS HIV;** - Ao empregado comprovadamente portador da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDs) será garantido o emprego até o seu afastamento pelo INSS, desde que tenha comunicado essa circunstância à empresa em até 60 (sessenta) dias antes de eventual aviso prévio pela mesma concedido.

**56 - PRÁTICAS ANTIDISCRIMINATÓRIAS:** As empresas com mais de 50 (cinquenta) empregados se comprometem a destinar 30% (trinta por cento) de seus postos de trabalhos para não brancos.

**57 - JORNADAS ESPECIAIS DE TRABALHO** - Além da jornada integral de 44 horas as empresas do comércio varejista de gêneros alimentícios poderão contratar empregados mediante mais dois tipos de jornada legalmente previstos, a saber:

**1) - JORNADA PARCIAL CONCEITO E REGRAS LEGAIS:** Considera-se jornada parcial aquela cuja duração não exceda 25 horas semanais, vedadas horas extras e obedecidos os seguintes requisitos:

**I)** Dentro da semana a jornada poderá ser fixada em qualquer período (horas e dias), desde que não exceda o limite de 8 horas diárias.

**II)** O salário do empregado contratado em tempo parcial será proporcional à jornada trabalhada, não podendo ser inferior ao salário hora do empregado contratado para trabalhar em tempo integral na mesma função.

**III)** Após cada período de 12 meses, o empregado terá direito a férias na seguinte proporção:

**a)** - dezoito dias, para a duração do trabalho semanal superior a vinte e duas horas, até vinte e cinco horas;

**b)** - dezesseis dias, para a duração do trabalho semanal superior a vinte horas, até vinte e duas horas;

**c)** - quatorze dias, para a duração do trabalho semanal superior a quinze horas, até vinte horas;

**d)** - doze dias, para a duração do trabalho semanal superior a dez horas, até quinze horas;

**e)** - dez dias, para a duração do trabalho semanal superior a cinco horas, até dez horas;



- f) - oito dias, para a duração do trabalho semanal igual ou inferior a cinco horas.
- g) O empregado contratado sob o regime de tempo parcial que tiver mais de sete faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo terá o seu período de férias reduzido à metade.(artigos 58-A e 130-A da CLT)

## 2) JORNADA PARCIAL- REGRAS CONVENCIONAIS APLICÁVEIS

I) A implantação do contrato de trabalho em regime a tempo parcial só poderá ser efetivada mediante a assinatura pela empresa de **TERMO DE ADESÃO AO REGIME DE TRABALHO A TEMPO PARCIAL**, e, no qual consta todo o regramento legal e convencional estabelecido.

II) O **TERMO DE ADESÃO AO REGIME DE TRABALHO A TEMPO PARCIAL**, referido no item 1 retro, está disponibilizado no site do **SINCOVAGA** - [www.sincovaga.com.br](http://www.sincovaga.com.br). Após o seu protocolamento, em 3 (três) vias, pela empresa junto ao **SINCOVAGA** será, sob recibo, no prazo máximo 5 (cinco) dias entregue **S.E.C.F.R.**

III) A empresa que desejar aderir às condições estabelecidas nesta cláusula deverá comparecer ao **SINCOVAGA** munida dos seguintes documentos:

- Última RAIS;
- 3 (três) vias da relação de empregados contratados em regime de trabalho a tempo parcial e sua respectiva jornada;
- Xerox do contrato social da empresa devidamente atualizado;
- Carta de preposto ou procuração habilitando à assinatura pela empresa; e,
- Declaração sob as penas da lei de que cumpre, integralmente, esta Convenção Coletiva.

IV) No ato de formalização do **TERMO DE ADESÃO** às condições ora definidas, as empresas recolherão, por loja, junto aos sindicatos convenentes, para reposição de despesas, as importâncias abaixo estabelecidas, através de recibos expedidos pelos mesmos:

Número de empregados	Valor
de 01 a 5 empregados	R\$ 50,00
de 6 a 10 empregados	R\$ 80,00
de 11 a 30 empregados	R\$ 120,00
de 31 a 50 empregados	R\$ 200,00
de 51 a 100 empregados	R\$ 300,00
de 101 a 200 empregados	R\$ 500,00
acima de 200 empregados	R\$ 800,00

V) Só terão validade os **TERMOS DE ADESÃO AO REGIME DE TRABALHO A TEMPO PARCIAL** devidamente assinados pelos Sindicatos convenentes;

VI) Fica convenicionado para contratação de comerciários sob o **REGIME DE TRABALHO A TEMPO PARCIAL** o limite percentual máximo de 30% (trinta por cento) do quadro total de



empregados nas lojas das empresas estabelecidas nos municípios abrangidos por esta norma, comprovado pela apresentação da última RAIS de todas as suas lojas;

**VII)** - A constatação, a qualquer tempo, do excedimento do limite fixado no ítem III, ou o descumprimento do regramento legal e convencional do **REGIME DE TRABALHO A TEMPO PARCIAL** descaracterizará todas as contratações, tornando-as de fato e de direito sujeitas ao regime de trabalho em tempo normal, nos termos da lei e das regras convencionais pactuadas pelos sindicatos convenientes, sem prejuízo da aplicação em dobra da multa da cláusula 43, por empregado;

**VIII)** Atendidas as disposições anteriores os Sindicatos convenientes se obrigam, devidamente assinado e em 10 (dez) dias, a devolver à empresa o **TERMO DE ADESÃO AO REGIME DE TRABALHO A TEMPO PARCIAL**.

**IX)** A empresa se obriga a manter nas lojas onde houver empregados sob este regime uma Cópia do **TERMO DE ADESÃO** a ela relativo.

**2 - JORNADA REDUZIDA-CONCEITO E REGRAS LEGAIS:** Considera-se jornada reduzida aquela cuja duração seja superior a 25 horas e inferior a 44 horas semanais, obedecidos aos seguintes requisitos:

- a) Horário contratual;
- b) O salário do empregado contratado com jornada reduzida será proporcional à jornada trabalhada, não podendo ser inferior ao salário-hora do empregado contratado para trabalhar em tempo integral na mesma função;
- c) Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do Contrato de Trabalho o empregado com jornada reduzida terá direito a férias de 30 (trinta) dias ou na mesma proporcionalidade prevista no artigo 130 da CLT, conforme o caso.

**CLÁUSULAS 58 a 62 - APLICÁVEIS SOMENTE PARA EMPRESAS QUE CONTEM EM 1º SETEMBRO DE 2009, COM 400 (QUATROCENTOS) OU MAIS EMPREGADOS EM SUA ORGANIZAÇÃO.**

**58 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO:** As empresas fornecerão refeição a custos subsidiados, podendo efetuar desconto do salário do funcionário, nos limites previstos no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

**59- ASSISTÊNCIA MÉDICA:** As empresas disponibilizarão na vigência da presente convenção, assistência médica de qualidade a todos os seus empregados, através de convênio médico com empresa idônea, totalmente gratuito, não sendo considerado cobrança a eventual anuída participação pecuniária do empregado em fator moderador, conforme previsto na legislação que regulamenta a matéria.

**Parágrafo Único:** A disposição do caput só é exigível após o término de contrato de experiência.

**60 - LICENÇA PARA EMPREGADA ADOTANTE:** As empresas concederão licença remunerada à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, sem prejuízo do emprego e do salário, pelo período de:



- a) 120 dias, se a criança tiver até 01 ano de idade;
- b) 60 dias, se a criança tiver entre 01 a 04 anos de idade; e
- c) 30 dias se a criança tiver de 04 a 08 anos de idade.

**61 - SEGURO DE VIDA:** As empresas manterão seguro de vida a todos os empregados, mediante custos fortemente subsidiados.

**62 - LICENÇA PATERNIDADE:** As empresas concederão licença paternidade equivalente a 05 dias corridos, contados desde a data do parto.


**63 - FORO COMPETENTE:** As dúvidas e controvérsias oriundas do descumprimento das cláusulas contidas na presente Convenção serão dirimidas pela Justiça do Trabalho.

**64 - VIGÊNCIA:** A presente Convenção terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 01 de setembro de 2009 até 31 de agosto de 2010.

São Paulo, 14 de outubro de 2009.


**Sindicato Dos Empregados No Comércio  
De Franco Da Rocha E Região**

  
**Adailton Alves Santana  
Presidente em Exercício**

  
**Cristiane Regis de Oliveira  
OAB/SP 166.342**

**Sindicato do Comércio Varejista de  
Gêneros Alimentícios, do Estado de São  
Paulo**

  
**Wilson Hiroshi Tanaka  
Presidente**

  
**Alexandre Dias de Andrade Furtado  
OAB/SP 203.853**

  
**Maurício Dias de Andrade Furtado  
OAB/SP 220.947**